

ENTRE PARADOXOS E PROVOCAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE A MULTIPLICAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Cristian Anderson PUHL,

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)

Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS Erechim

[*crispuhl@gmail.com*](mailto:crispuhl@gmail.com)

Eixo 07: Ciências Humanas

RESUMO

A multiplicação e a individualização das desigualdades sociais, bem como a constituição econômica das classes sociais brasileiras serão, neste texto, analisados visando promover uma reflexão interseccional acerca das violações de direitos a que estão submetidas parcelas da população brasileira, tomando, nesta reflexão, o aumento da violência e do estigma social a que estão sujeitas as pessoas travestis e transexuais. Tais elementos são discutidos a partir de uma revisão bibliográfica. Após análises e interpretações conclui-se que a intersecção entre as desigualdades implicam no não reconhecimento e no apagamento das identidades de gênero destas populações, resultando em processos de marginalização e subalternidade.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais. Interseccionalidade. Populações LGBTI+.

INTRODUÇÃO

A complexidade dos fenômenos sociais que estruturam e organizam a realidade cotidiana atravessa os sujeitos de formas distintas e múltiplas. Revestidos de nuances e contradições, tais fatos demandam esforços de interpretação para superar o binarismo que se impõem no tecido social. Pensar as desigualdades, os mecanismos que produzem a exclusão, seus efeitos e os desdobramentos que incidem direta ou indiretamente na forma como a sociedade moderna se organiza, significa percorrer campos distintos de análise com o objetivo de constituir um cenário que escape ao reducionismo e às leituras unilaterais que, no limite, sustentam equívocos simplistas e superficiais.

O intuito desta reflexão, dada as suas limitações, é traçar uma alternativa àquela que Jessé Souza (2009) afirma ter ocorrido no Brasil e que resultou na naturalização das violências simbólicas a que estão sujeitos milhões de brasileiros. De acordo com Souza (2009), as principais teses que olham para as desigualdades no país evidenciam, sobretudo, as origens econômicas que as modelam, desconsiderando, em grande medida, os

desdobramentos culturais e imateriais que a colonização e os 300 anos de escravidão produziram e solidificaram na contemporaneidade nacional.

Sem reduzir a força da economia, o sociólogo defende haver elementos de uma “gramática moral e política que subjaz a toda interação social no capitalismo, mesmo que não tenhamos a menor consciência dela” (2018; p. 24). As provocações do autor brasileiro permitem uma aproximação com um conceito trabalhado pelo sociólogo François Dubet (2020), no qual, grosso modo, a multiplicação das desigualdades e as novas faces do neoliberalismo levaram a um esvaziamento do sentido político das classes sociais, transformando o próprio sistema que essas desigualdades se estruturam. Neste sentido, reflete-se também de que maneira estas modificações sinalizadas por Dubet (2020) tensionam a individualização das desigualdades na periferia do capitalismo, como o Brasil. Essa segmentação das pautas de exploração e opressão — que atravessam interseccionalmente os indivíduos, exerce um papel importante na marginalização de parcelas expressivas da população.

Traçando paralelos entre as análises sociológicas apresentadas, busca-se uma base para instigar outra maneira de compreender de que forma, na realidade concreta, grupos que historicamente são invisibilizados acabam por ser mantidos em espaços de violações e de não reconhecimento, em especial as populações travestis e transexuais. Alvo de uma ofensiva anti-gênero, essa parcela da população situa-se em posições de subalternidade e apagamento de suas identidades, reiterando um ciclo de dominação, silenciamento e indiferença.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utiliza-se o método de revisão bibliográfica, assim como análise de dados oriundos de pesquisas de organizações não-governamentais que atuam na defesa da população LGBTI+. Com esses instrumentos, a investigação é de natureza qualitativa e interdisciplinar, uma vez que se estrutura na articulação entre diferentes campos do conhecimento com vistas à formulação de uma compreensão polissêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ancorada na possibilidade de ampliar os olhares sobre a estrutura e a multiplicação das desigualdades sociais no Brasil, pontuando os impactos na produção de exclusões de pessoas travestis e transexuais, a análise discute perspectivas acerca do problema apresentado. Parte-se do reconhecimento de que, embora não seja o capitalismo o único responsável pelos

problemas sociais, é neste sistema e sob os seus imperativos que as desigualdades se acentuaram e se multiplicaram, reorganizando não apenas a estrutura econômica, mas também a política, a cultura e a própria maneira como os indivíduos se relacionam entre si.

Neste cenário no qual as hierarquias sociais e a exploração são determinantes para configurar a posição que os sujeitos ocupam no tecido social, é o capitalismo quem se mantém na regulação das assimetrias e disparidades que, na perspectiva da professora Tânia A. Kuhnen (2021), seguem produzindo fenômenos de precarização das vidas daqueles e daquelas em estado permanente de exclusão. Se o capitalismo, portanto, não fundou às desigualdades, mas serviu-se delas para aprofundar a estratificação e ampliar a competição entre os sujeitos, então podemos aferir que a acumulação de bens e riquezas nas mãos de poucos em detrimento à ínfima distribuição entre muitos é um dos mecanismos que agencia e promove a multiplicação destas desigualdades, alterando significativamente, segundo Dubet (2020), o próprio sistema em que elas se estruturam.

Com isso, Dubet sinaliza para uma dupla natureza das desigualdades na qual elementos estruturais, como a globalização e as profundas alterações no mundo do trabalho, por exemplo, chocam-se com a fragmentação das identidades coletivas que, por séculos, organizavam e davam contorno a uma sociedade hierarquicamente assentada na posição (e na oposição) ocupada pelos atores no interior das classes. Para avançarmos neste raciocínio utilizaremos Souza (2009) quanto à constituição das classes sociais no Brasil, especialmente os aspectos simbólicos e subjetivos que as constroem. Afinal, como afirma ele, considerar unicamente a economia como elemento estrutural da sociedade brasileira é invisibilizar as “precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito” (p. 18).

Quando Dubet (2020) analisa a fragmentação das lutas sociais contra as desigualdades que se multiplicam, ele o faz com base na realidade europeia. Lá, o tempo das paixões tristes (Dubet, 2020) descortina ressentimentos e expõem fraturas que serviram de combustível para que regiões inteiras fora da Europa fossem colonizadas, expropriadas, violentadas e empobrecidas. Tais movimentos, inclusive, vão configurar novos padrões de identidade e de poder mundial, reorganizando o modo de vida de povos originários a partir de um sistema colonial de dominação e opressão em todas as esferas da vida comunitária e coletiva (QUIJANO, 2005).

Neste sentido, Souza (2009; 2018) nos ajuda a refletir sobre como os mecanismos de

produção das desigualdades operam no país para além da economia. Do ponto de vista dele, grosso modo, é necessário incorporar à pauta econômica também traços não econômicos, como a regulação e a disciplina do corpo, além do controle das emoções — ou seja, características simbólicas e subjetivas —, para se perceber a relação entre o aumento das desigualdades e as posições ocupadas pelos sujeitos na sociedade. Levando ao limite estes mecanismos que operam na produção de antagonismos e exclusões, chegamos àquela classe que, para Souza (2009), é destituída não apenas de poder econômico, mas de condições imateriais e simbólicas, como o acesso à educação, por exemplo, para tornarem-se cidadãos de fato e de direito. A ralé, categorização utilizada pelo sociólogo brasileiro para defini-la, tampouco é lida como uma classe social, o que a torna ainda mais excludente, precarizada e subalternizada.

Reunindo todas as condições que resultam em apagamentos diversos, há estratos da ralé que, ainda que precariamente, servem aos interesses de uma classe dominante, dispondo de seus corpos como dispositivos de reprodução de mão de obra barata e sem qualificação. Mas, e quando nem o corpo destes sujeitos são lidos como passíveis de serem explorados, o que ocorre? O recorte arbitrário a que nos reportamos permite alinharmos o quanto, em nosso país, a moralidade que permeia os sentidos e as relações de classe deslocam para margem do tecido social um estrato que, mesmo pertencente a ralé jesseriana, sequer é compreendida como merecedora de estar em uma condição de subcidadania. No limite, esse deslocamento que marginaliza duplamente estas sujeitas torna tolerável e legítima as crueldades e os crimes de ódio que colocam o Brasil como o país que mais mata pessoas travestis e transexuais, conforme apontam os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹.

Publicado em janeiro de 2023, o documento materializa em indicadores a exclusão destes indivíduos. Neste cenário, as 151 pessoas trans mortas no Brasil em 2022 — sendo 131 assassinatos violentos e 20 suicidadas, de acordo com os registros da ANTRA — indicam haver uma invalidação e um apagamento das identidades de gênero dissidentes à norma cisgênera e heterocentrada, que não podem ser explicados somente pela dimensão da economia. Há, sob este quadro, um arcabouço ético e de regulação, transmitido por uma moral, que determina e classifica quem são os sujeitos que, mesmo subalternizados política e financeiramente, podem existir na sociedade daqueles a quem as desigualdades, a opressão e a dominação justificam, inclusive, a sua morte.

¹ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Último acesso em 27 de agosto, às 18h.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar como as diferentes desigualdades atravessam de maneiras plurais os sujeitos, tomando por base uma sociedade homogênea, observamos um imperativo para seguirmos reproduzindo discursos normativos, padronizados e pouco incluídos. Mesmo nos estratos mais subalternizados da classe dominada, as condições financeiras dividem o mesmo grau de relevância da moralidade e de uma ética que hierarquiza, de forma dicotômica e binária, como os indivíduos serão representados e estão posicionados na sociedade. Uma das expressões mais fortes deste cenário é a exclusão e a violência a que estão submetidas as minorias sociais no país, como as populações LGBTI+ e, dentro desta parcela, as pessoas travestis e transexuais. A moralidade do brasileiro, resultante tanto da influência religiosa quanto de um ordenamento normativo e regulador do sexo e do gênero, acentua-se para abrir uma lacuna social, separando quem é merecedor e quem não o é de estar contemplado como cidadã/cidadão.

Os números de crimes violentos compilados nacionalmente pela ANTRA confirmam este cenário de dominação e opressão. Para além das estatísticas, o fortalecimento de discursos anti-LGBTI+ e as constantes tentativas de segmentos religiosos e conservadores em retirar as conquistas asseguradas pelo Poder Judiciário a estas populações também são indicadores fundamentais para visualizarmos como não é apenas a desigualdade econômica que eleva e acentua o apagamento e a invisibilização destas sujeitas.

REFERÊNCIAS

- DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.
- KUHNEN, Tânia A. **Igualdade para além dos direitos: interseccionalidade e descolonialidade nas reivindicações de mulheres por justiça**. *Perspectiva Filosófica*, vol. 48 n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/249345>. Último acesso em 15 de julho de 2023.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Clacso, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Último acesso em 20 de julho de 2023.
- SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira. Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. **Subcidadania brasileira. Para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.